

## FICHA TÉCNICA

Título original: *Capitalism and Modern Social Theory*

Autor: *Anthony Giddens*

Copyright © by Cambridge University Press, 1972

Tradução © Editorial Presença, Lisboa, 2001

Tradução: *Maria do Carmo Cary*

Revisão: *Marília Correia de Barros/Editorial Presença*

Imagem da capa: *Shutterstock*

Capa: *Vera Espinha/Editorial Presença*

Composição, impressão e acabamento: *Multitipo — Artes Gráficas. Lda.*

8.ª edição, Lisboa, janeiro, 2017

Depósito legal n.º 418 083/16

Reservados todos os direitos

para a língua portuguesa à

EDITORIAL PRESENÇA

Estrada das Palmeiras, 59

Queluz de Baixo

2730-132 Barcarena

info@presenca.pt

www.presenca.pt

# ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	9
PREFÁCIO .....	11
INTRODUÇÃO .....	17
ABREVIATURAS .....	24

## PARTE I

### MARX

1. As Obras de Juventude de Marx .....	29
2. O Materialismo Histórico .....	51
3. As Relações de Produção e a Estrutura de Classes .....	74
4. A Teoria do Desenvolvimento Capitalista .....	88

## PARTE II

### DURKHEIM

5. As Obras de Juventude de Durkheim .....	115
6. A Conceção de Método Sociológico de Durkheim .....	136
7. O Individualismo, o Socialismo e os «Grupos Profissionais» .....	152
8. Religião e Disciplina Moral .....	164

PARTE III

MAX WEBER

9. Max Weber: O Protestantismo e o Capitalismo .....	183
10. Os Ensaio Metodológicos de Weber .....	200
11. Conceitos Fundamentais da Sociologia .....	215
12. A Racionalização, as «Religiões Mundiais» e o Capitalismo Ocidental .....	244

PARTE IV

CAPITALISMO, SOCIALISMO E TEORIA SOCIAL

13. A Influência de Marx .....	267
14. Religião, Ideologia e Sociedade .....	292
15. A Diferenciação Social e a Divisão do Trabalho .....	315
PÓS-ESCRITO: MARX E A SOCIOLOGIA MODERNA .....	338
BIBLIOGRAFIA DAS OBRAS CITADAS NO TEXTO .....	344

## PREFÁCIO

*A razão sempre existiu, mas nem sempre numa forma razoável.*

MARX

*Os sociólogos dos nossos dias são, geralmente, de opinião de que se torna necessário rever de forma radical a teoria social contemporânea, e esta obra insere-se nessa corrente de pensamento. Essa revisão tem de começar pela análise crítica das obras dos autores que lançaram as bases da sociologia moderna. São três os principais de entre esses autores: Marx, Durkheim e Max Weber. Proponho-me, pois, nesta obra, a dois objetivos: proceder, em primeiro lugar, a uma análise precisa e completa das ideias sociológicas de cada um desses três autores; estabelecer, em segundo lugar, uma comparação entre as ideias de Marx por um lado, e as dos dois outros autores por outro. Não pretendo de modo algum formular uma crítica definitiva da relação entre sociologia «marxista» e sociologia «burguesa», mas espero que esta obra dê a sua achega para a tarefa preparatória da crítica dos inúmeros argumentos e contra-argumentos que têm sido apresentados no decurso de tal debate. Como é evidente, vi-me obrigado a tratar pontos que têm sido já frequentemente debatidos. Trabalhos recentes têm, no entanto, contribuído para esclarecer aspetos fundamentais da obra desses três autores, e julgo que a minha análise se afasta muito dos pontos de vista expostos nalgumas das obras principais que a este assunto se referem.*

*Não pretendo de modo algum defender a tese de que as obras dos autores discutidos neste livro sejam representativas das únicas correntes importantes do pensamento social que haviam de dar origem à sociologia. Pelo contrário, uma das características mais notáveis do pensamento social do século que vai de 1820 a 1920 é exatamente a plethora de teorias que surgiram no decurso desse período. As obras de contemporâneos de Marx, tais como as de Tocqueville, Comte e Spencer, mantêm o seu significado, no que*

*se refere aos problemas da sociologia moderna, e talvez tivesse sido mais lógico discutir neste volume as obras desses autores. Decidi, porém, o contrário, em parte por razões de espaço, em parte também porque a influência de Marx é hoje em dia muito mais forte do que a desses autores (o que se justifica, pois o conteúdo intelectual das obras de Marx é indubitavelmente mais profundo). Acontece, também, que as principais correntes da teoria social dos nossos dias derivam das ideias dos três autores estudados nesta obra, se bem que essas ideias tenham sofrido numerosas modificações e desenvolvimentos. As obras de Marx constituem, como é óbvio, a principal fonte das várias formas de neomarxismo contemporâneo; as obras de Durkheim influenciaram de modo determinante o «funcionalismo estrutural» dos nossos dias; e pelo menos, algumas das variantes modernas da fenomenologia derivam direta ou indiretamente das obras de Max Weber. No que se refere a domínios mais específicos da sociologia, tais como o estudo da estratificação social, da religião, etc., a influência de Marx, Durkheim e Max Weber foi também aí fundamental.*

*Tal como o próprio Durkheim o afirmou, no prefácio a um livro sobre Kant da autoria do seu amigo e colega Hamelin, todo aquele que deseje reproduzir o pensamento de homens de outros tempos é colocado perante o seguinte dilema: ou tenta preservar a terminologia original das obras desse autor e, nessa altura, corre o risco de a sua exposição ser considerada ultrapassada e, portanto, desprovida de interesse para a atualidade; ou moderniza deliberadamente a linguagem do autor em questão, enfrentando então o risco de a sua análise atrair as ideias deste. No que se refere às obras dos três autores discutidos neste livro, esse dilema quase se não põe, o que testemunha a favor da relevância do pensamento social dos mesmos em nossos dias. Sempre que o problema se pôs, preferi preservar a fraseologia original. No que respeita aos autores cujas obras são analisadas neste livro, a principal dificuldade que se me pôs foi a da tradução para o inglês de termos alemães ou franceses culturalmente específicos. Termos como Geist ou représentation collective não podem ser traduzidos satisfatoriamente para o inglês, exprimindo por outro lado diferenças da evolução social em Inglaterra, na Alemanha e na França, que refiro na presente obra. Tentei resolver o melhor possível esses problemas, respeitando os cambiantes do significado dos textos originais, e nas citações que faço modifico com frequência as versões inglesas anteriores.*

*Esta obra não é uma obra crítica, mas antes uma exposição e um estudo comparativo. Utilizei sempre que possível o presente do indicativo para*

*sublinhar a relevância contemporânea destes autores. Não era minha intenção apontar as fraquezas ou ambiguidades que poderíamos encontrar nas obras de Marx, Durkheim ou Weber, mas antes sublinhar a coerência interna das mesmas. Abstive-me também, tanto quanto possível, de proceder ao trabalho de identificação das fontes das ideias que encontramos nas obras desses três autores. Como todos eles se envolveram, porém, em polémicas, não me foi possível eliminar completamente as referências a outros autores e a outras correntes de pensamento. Referi com um certo pormenor as «raízes» sociais e históricas dos três autores cujas obras analiso neste volume, uma vez que o considerei essencial para uma interpretação fiel das mesmas. Esses três homens são em muitos aspetos radicalmente diferentes, e a maneira de ser de cada um influenciou, indubitavelmente, as teorias sociais que formularam. Abstive-me porém de abordar esse aspeto do problema, uma vez que me propunha analisar as origens «causais» das obras estudadas neste livro. O meu objetivo era tão-só o de esclarecer alguns aspetos das relações intelectuais complexas que entre elas se podem estabelecer.*

*Não pretendi nos capítulos finais deste livro comparar diretamente entre si as obras de Durkheim e de Weber; preferi utilizar como ponto de referência as obras de Marx. A análise das convergências e das discrepâncias entre as obras de Marx, por um lado, e as de Durkheim e Weber, por outro, torna-se tanto mais difícil, quantas as primeiras obras de Marx só muito tarde foram publicadas. Só muito recentemente, cerca de uma década depois da morte de Durkheim (1917) e de Weber (1920), se tornou possível analisar o conteúdo intelectual dos escritos de Marx à luz dessas primeiras obras, que foram publicadas pela primeira vez cerca de um século após terem sido escritas, mas que são fundamentais para o estudo do pensamento de Marx. Na minha análise das obras de Marx abstraí tanto quanto possível da dicotomia entre obras do «jovem» Marx e do Marx «maduro», escrupulosamente respeitada nos estudos marxistas posteriores à última guerra. Examinando cuidadosamente os apontamentos que Marx escreveu em 1857-1858 e que serviram de base a O Capital (Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie), chegamos à conclusão de que Marx se não afastou nunca da perspectiva que inspirou as suas primeiras obras. No entanto, os próprios autores que têm procedido a essa análise e chegado a conclusões idênticas continuam a concentrar-se sobre umas partes da obra de Marx, com exclusão da outra. No que me diz respeito, tentei apresentar uma análise equilibrada e completa, respeitando a importância fundamental que O Capital assume na obra de Marx.*

*Para não falarmos já de Marx, poucos pensadores sociais têm sido tão mal compreendidos como Durkheim. Em vida do autor, as obras teóricas de Durkheim eram consideradas pela maioria dos críticos como uma versão inaceitável da ideia metafísica da «mentalidade de grupo». Outras críticas mais modernas e mais justas corrigiram essa interpretação errônea, substituindo-lhe porém uma outra que atribui relevo especial ao «funcionalismo» de Durkheim. Neste livro tentei apresentar Durkheim como um pensador histórico. Durkheim insistiu sempre na importância da dimensão histórica em sociologia, e creio que, caso tenhamos em conta esse aspeto da sua obra, passaremos a atribuir ao seu pensamento um significado diferente daquele que lhe é geralmente imputado. Durkheim interessava-se acima de tudo menos pelo «problema da ordem» do que pelo problema da «natureza evolutiva da ordem», no contexto de uma concepção bem definida da evolução social.*

*As obras de Weber são talvez as mais complexas de todas as que analiso neste livro, e não é fácil estudá-las a um nível geral. Este facto tem dado origem a que a coerência essencial das obras de Weber tenha escapado a algumas análises secundárias das mesmas. Constitui paradoxo meramente aparente afirmar que a própria diversidade das contribuições de Weber constitui a expressão de princípios epistemológicos que as unificam como corpo de doutrina uniforme. O neokantismo radical de Weber é o princípio que confere unidade aos vários ensaios que escreveu acerca dos mais diversos assuntos. É em consequência desse ponto de vista que surgem em muitos aspetos importantes divergências radicais entre a teoria social de Weber e as de Durkheim e Marx, divergências essas que analisei nos capítulos finais deste livro.*

*Impõe-se ainda uma última observação. Sou de opinião de que os sociólogos têm de ter sempre em conta o contexto social no qual as teorias foram formuladas. O que não significa que se deva perfilhar um ponto de vista cem por cento relativista, considerando que esta ou aquela concepção só são «válidas» em relação às circunstâncias que lhes deram origem. O destino das obras de Marx constitui prova desta asserção. Afirmei já que a teoria de Marx foi concebida no estágio inicial do desenvolvimento capitalista, e que a experiência subsequente nos principais países da Europa ocidental levou à constituição de uma versão do «marxismo» que difere substancialmente da doutrina original de Marx. Todas as teorias práticas têm o seu S. Paulo, e essa adulteração é, dentro de certos limites, inevitável. Mas o facto de o admitirmos não quer dizer que estejamos de acordo com a concepção generalizada de que a evolução posterior do capitalismo «tornou falsas»*

*as teorias de Marx. As obras de Marx ainda hoje nos apresentam uma concepção da sociedade e da história que podemos comparar com proveito com a de outros autores mais recentes. Não creio que as divergências possam ser resolvidas dessa maneira, ou que as teorias científicas possam ser «confirmadas» ou «eliminadas» pelo teste da experiência. As teorias deste género também não são, porém, refratárias à referência empírica, tal como acontece, por exemplo, em relação às teorias filosóficas. Embora a linha de demarcação entre a sociologia e a filosofia social seja difícil de traçar, o facto é que existe. Estou convencido de que os sociólogos não têm razão quando pretendem limitar o alcance da sua disciplina às áreas onde pode ser aplicado o método da experiência empírica como teste de verificação das proposições, o que transformaria a sociologia num formalismo estéril, tornando-a verdadeiramente Lebensfremd<sup>1</sup> e, por conseguinte, desprovida de significado no que se refere aos pontos essenciais que a perspectiva sociológica poderia ajudar a esclarecer.*

ANTHONY GIDDENS

3 de março de 1971

---

<sup>1</sup> Estranha à vida. (NT)



## INTRODUÇÃO

Na primeira lição que deu em Cambridge, em 1895, Lorde Acton emitiu a opinião de que há «uma linha evidente e inteligível» de demarcação entre a Idade Moderna europeia e a que a precedeu. A Idade Moderna não se sucedeu à era medieval «por sucessão normal, apresentando provas evidentes de descendência legítima»:

«Sobrevindo, inesperadamente, fundou uma nova ordem de coisas, regida por uma nova lei, e destruiu o antigo reino da continuidade. Colombo subverteu nessa época a concepção do mundo, invertendo as condições da produção, da riqueza e do poder; Maquiavel libertou o governo das restrições da lei; Erasmo desviou a corrente da erudição clássica dos canais profanos para os cristãos; Lutero quebrou o elo mais forte da cadeia da autoridade e da tradição; e Copérnico erigiu para sempre um novo poder que havia de vir a constituir de aí em diante o critério do progresso... Começou assim uma vida nova, e o mundo passou a girar numa órbita diferente, determinada por circunstâncias até aí ignoradas»<sup>2</sup>.

Acton diz-nos em seguida que o desenvolvimento da ciência histórica radica nessa destruição da ordem tradicional da Europa. A sociedade tradicional está por definição virada para o próprio passado, e o seu presente é esse passado. E porque as coisas se passam assim, não existe a «história» propriamente dita; a continuidade entre o ontem e o hoje obscurece a consciência das diferenças entre o que «foi» e o que «é». A existência de uma ciência histórica pressupõe pois um mundo em mutação, e de modo muito particular um mundo no qual os homens considerem o passado como um fardo de que urge libertarem-se. Na Idade Moderna os homens deixam de considerar imutáveis as condições de vida que conhecem, tentando antes impor a sua vontade à realidade e imprimir ao futuro uma configuração conforme os seus desejos.

---

<sup>2</sup> Lorde Acton, *Lecture on Modern History* (Londres, 1960), p. 19.

Se a história surgiu na Europa da Renascença, foram as condições de vida da Europa industrial que permitiram a emergência da sociologia. Podemos dizer que a Revolução Francesa de 1789 foi o acontecimento catalisador da transição entre essas duas eras importantíssimas. A Inglaterra foi o primeiro país que teve um governo até certo ponto democrático, no sentido mais usual do termo; e apesar de ter sido necessária a revolução política para o alcançar, o processo de evolução social e económica da sociedade britânica do século XVII em diante foi de carácter relativamente progressivo. Na Revolução Francesa, pelo contrário, defrontaram-se dramaticamente, por um lado a ordem privilegiada e aristocrática do *ancien régime*, e por outro a concepção de uma sociedade nova, na qual seriam aplicados princípios gerais de justiça e liberdade. A Declaração dos Direitos do Homem votada em 1789 declarava que «a ignorância, o desrespeito e o desprezo pelos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos». A Revolução Francesa parecia pois pretender aplicar à esfera da sociedade humana, propriamente dita, o racionalismo secular dos séculos XVI e XVII. As alterações políticas instauradas em 1789 pela Revolução Francesa exprimiam e assinalavam, porém, uma reorganização muito mais profunda da sociedade, para a qual a Grã-Bretanha contribuiu mais do que qualquer outro país da Europa. A transição da produção agrária e artesanal para uma economia industrial baseada na fábrica e na máquina começou em Inglaterra por volta dos fins do século XVIII. Os efeitos dessa evolução fizeram-se sentir plenamente no século XIX, tanto em Inglaterra como nos outros países mais importantes da Europa ocidental.

Disse-se já muitas vezes que a conjunção dos acontecimentos políticos da Revolução Francesa com a evolução económica da Revolução Industrial foi o contexto que deu origem à sociologia. Temos, no entanto, de sublinhar o facto de a evolução dos vários países da Europa ocidental se ter processado dos fins do século XVIII em diante de forma diferente, pois as divergências entre as principais correntes do pensamento social do século XIX radicam nessas diferenças. Os sociólogos dos nossos dias falam-nos da emergência da «sociedade industrial» na Europa do século XIX de uma maneira geral, ignorando a complexidade desse processo.

As últimas décadas do século XVIII foram para os três principais países da Europa ocidental — Inglaterra, França e Alemanha — uma época de prosperidade económica. O desenvolvimento económico da Inglaterra do fim do século XVIII ultrapassou de longe o dos outros países; no decurso desse período foram introduzidas na manufatura do algodão uma série de inovações tecnológicas de grande alcance, que modificaram radicalmente

a organização da produção fabril. No início do século XIX só um setor muito reduzido da economia britânica fora porém diretamente afetado pela Revolução Industrial. Duas décadas mais tarde as coisas não tinham ainda mudado muito, e a única alteração importante fora a prioridade que a manufatura do algodão — que cinquenta anos antes era ainda muito pouco significativa no total da economia — assumira como principal indústria manufatureira da Inglaterra<sup>3</sup>. Só por volta dos meados do século XIX a Inglaterra passou a poder ser classificada com propriedade como uma «sociedade industrial». Em França e na Alemanha a situação era diferente. Não poderíamos de modo algum rotular essas sociedades de «subdesenvolvidas», para falarmos na nossa terminologia atual<sup>4</sup>. Nalguns aspetos, tais como por exemplo o nível cultural, de modo particular a literatura, a arte e a filosofia, esses países continentais eram superiores à Inglaterra. Mas quanto ao nível de desenvolvimento económico, dos meados do século XVIII em diante esses países começaram a ser ultrapassados pela Inglaterra, e só mais de um século depois a França e a Alemanha reconquistaram a posição dominante que tinham cedido à Inglaterra<sup>5</sup>.

Tomando como termo de comparação a Inglaterra, nem a Alemanha nem a França tinham alcançado no início do século XIX a estabilidade política interna de um Estado no qual a burguesia liberal obtivera uma posição forte no governo, como era o caso em Inglaterra. A Restauração francesa foi uma expressão material da força dos interesses reacionários, pondo termos às ideias progressivas perfilhadas pelos jacobinos vinte e cinco anos antes. As divisões políticas e sociais que a Revolução tornou patentes não foram abolidas pelos acontecimentos de 1789, mas antes agravadas; e só depois de 1870 é que sobreveio em França o primeiro regime que se conseguiu aguentar no poder por mais de duas décadas. A Alemanha, como o observou Marx no início da sua carreira de intelectual, «participou nas restaurações das nações modernas, mas não nas suas revoluções»<sup>6</sup>. Esse país não constituía ainda, no início do século XIX, uma nação, no sentido moderno do

---

<sup>3</sup> Phyllis Deane e W. A. Cole: *British Economic Growth* (Cambridge, 1969), pp. 182-192.

<sup>4</sup> Cf. David S. Landes: *The Unbound Prometheus* (Cambridge, 1969), p. 125.

<sup>5</sup> As diferenças de nível de progresso económico entre a Inglaterra e os dois outros países referidos remontam, de resto, a épocas mais remotas do que os fins do século XVIII; cf. por exemplo, F. Cronzet: «England and France in the eighteenth century: a comparative analysis of two economic growths», in R.M. Hartwell: *The Causes of the Industrial Revolution in England* (Londres, 1967), pp. 139-174.

<sup>6</sup> *EJ.*

termo, compondo-se antes de um agregado pouco coeso de Estados soberanos; a situação da Alemanha só se alterou quando, no tempo de Bismarck, a Prússia se aproveitou da sua posição dominante para proceder à unificação política da Alemanha.

O problema do «atraso» da Alemanha está na raiz das primeiras formulações da doutrina do materialismo histórico de Marx. Na sua qualidade de «jovem hegeliano», Marx começou por defender a opinião de que a crítica racional das instituições vigentes seria suficiente para provocar as alterações radicais que se tornavam indispensáveis para que a Alemanha pudesse igualar e ultrapassar os dois outros principais países da Europa. Mas, como o próprio Marx em breve havia de ver, essa posição de crítica radical integrava-se num tipo de pensamento tipicamente alemão, um pensamento exclusivamente virado para a «teoria», com exclusão da «prática». «Em política», escreveu Marx, «os alemães *pensaram* aquilo que outros países *fizeram*.»<sup>7</sup> O sistema de Hegel constitui o modelo filosófico por excelência desse tipo de pensamento, pois reduzia toda a história da humanidade à história da inteligência ou do espírito. Caso a Alemanha pretenda progredir, concluía Marx, a crítica filosófica terá de ser completada com o conhecimento das forças materiais que contribuem para a evolução, a qual não se processa apenas ao nível das ideias.

São muitos os autores que têm afirmado, e com razão, que os escritos de Marx acusam uma tripla influência.<sup>8</sup> Marx operou uma síntese muito válida entre correntes de pensamento divergentes, que radicavam nas características sociais, económicas e políticas diferentes dos três principais países da Europa. A economia política, que se relacionava intimamente com o utilitarismo filosófico, foi ao longo de quase todo o século XIX a única forma significativa de teoria social que surgiu em Inglaterra. Marx estava de acordo com muitas das principais ideias de Adam Smith e Ricardo, fundindo-as, porém, com algumas das ideias propostas pelas correntes socialistas francesas relativamente ao carácter finito da sociedade burguesa. Essas correntes socialistas francesas foram a fonte mais próxima da conceção de sociedade futura proposta por Marx nos *Manuscritos Económicos e Filosóficos* de 1844, redigidos em Paris. A dimensão histórica que atribuía à economia política e ao socialismo foi-lhe inspirada pela dialética hegeliana. As obras de Marx condensavam assim, numa versão única e coerente, a consciência

---

<sup>7</sup> EJ.

<sup>8</sup> Cf. Lenine: *As Três Fontes do Marxismo*.

intelectual da evolução divergente da Inglaterra, da Alemanha e da França, fornecendo por outro lado uma base teórica para a interpretação das diferenças da estrutura social, económica e política em geral.

Quando Marx morreu, em 1883, Durkheim e Weber eram jovens, que não tinham iniciado ainda a sua carreira académica. Mas por essa época as estruturas sociais dos três principais países da Europa ocidental tinham-se modificado muito em relação ao que eram no tempo em que Marx expusera as bases da sua teoria. Em França e na Alemanha — ao contrário do que se passara em Inglaterra — os movimentos proletários de carácter potencialmente revolucionário desempenhavam um papel de relevo no sistema político. A influência desses movimentos era, no entanto, contrabalançada por um surto de nacionalismos de importância crescente; na Alemanha, onde não houvera uma revolução burguesa coroada de êxito, a burguesia continuava subordinada a uma poderosa ordem autocrática, que controlava a burocracia estatal, o exército e a hierarquia estabelecida. O Partido Social Democrático alemão — um partido que de 1875 em diante se afirmava «marxista» — crescia em importância, apesar das leis antissocialistas, mas por volta dos fins do século XIX começou a manifestar-se uma discrepância crescente entre a doutrina revolucionária que perfilhava e a sua posição real no seio de uma sociedade que se transformara entretanto numa sociedade industrial, mas «a partir de cima».

Foi neste contexto que Engels começou a publicar, pouco antes da morte de Marx, uma série de escritos nos quais defendia e expunha o marxismo como doutrina sistemática — sendo o mais importante e influente desses escritos o *Anti-Dühring*. Engels insistia, nessa obra, no carácter «científico» do socialismo marxista, comparado com outras formas utópicas e voluntaristas da teoria socialista, lançando assim as bases da interpretação científica do marxismo perfilhada nos círculos marxistas de antes da Primeira Guerra Mundial, e contemporâneos desta, a qual viria a ser adotada como filosofia oficial da União Soviética<sup>9</sup>. A década que se seguiu à morte de Marx — isto é, o período durante o qual Durkheim e Weber conceberam as doutrinas que haviam de orientar a sua vida de trabalho — foi o período crucial no decurso do qual o marxismo se tornou uma força política e intelectual importante. O materialismo filosófico que, por influência de Engels, passou a ser universalmente reconhecido como «marxismo», foi utilizado

---

<sup>9</sup> George Lichteim: *Marxism, an Historical and Critical Study* (Londres, 1964), pp. 238-243.

pela social-democracia como enquadramento teórico que consentia uma divergência substancial entre a teoria e a prática: os sociais-democratas tornaram-se, gradualmente, um partido reformista, que só era revolucionário no nome. Talvez por isso mesmo os seus chefes não conseguiram compreender o significado da evolução que permitiu à Alemanha ultrapassar a Inglaterra no desenvolvimento industrial.

O problema da influência das «ideias» sobre a evolução social, problema que dominava as polémicas entre marxistas e críticos do marxismo no início do presente século, tem de ser considerado à luz do que acaba de ser exposto. Tanto Durkheim como Weber se referiam a esse materialismo filosófico divulgado por Engels, Kautsky, Labriola e outros, quando criticavam o marxismo. Tanto os liberais como os marxistas estruturavam as suas polémicas com base na dicotomia básica entre idealismo e materialismo. A controvérsia sobre a validade dos escritos de Marx girava em torno do problema de decidir se as ideias seriam ou não meros «epifenómenos», não desempenhando na evolução social um papel «independente». Um dos objetivos que me proponho neste livro é o de demonstrar a irrelevância dessa controvérsia, na medida em que os escritos de Marx podem ser comparados aos de Durkheim e aos de Weber, como formas contrastantes de teoria social. Marx, tal como os dois outros autores mais recentes, propunha-se acabar com a divisão filosófica tradicional entre idealismo e materialismo, e a confusão entre essa dicotomia clássica e a crítica «materialista» do idealismo empreendida por Marx tem contribuído para obscurecer as verdadeiras divergências que opõem a doutrina de Marx à sociologia «académica» ou «burguesa».

Esta questão só veio a lume muito recentemente, por ocasião da notável revivescência dos estudos marxistas ocidentais que se deu após a Segunda Guerra Mundial. A publicação dos *Marx-Engels Gesamtausgabe* de Rjazanov, assim como a de várias obras inéditas de Marx e Engels, contribuiu grandemente para estimular essa revivescência. A publicação de obras como os *Manuscritos Económicos e Filosóficos* de 1844 suscitou, porém, tantos problemas novos de interpretação como aqueles que contribuiu para resolver. Esses problemas novos dizem respeito à natureza e coerência «interna» das obras de Marx, e às relações intelectuais entre a posição teórica de Marx e a de outros pensadores sociais. Os problemas intrincados que a publicação das obras de juventude de Marx suscitou condicionaram a estrutura adotada neste livro. Ao pretendermos determinar as origens da controvérsia que opõe em nossos dias o marxismo à sociologia «académica», pareceu-nos indispensável começar por expor os temas principais das obras dos fundadores

da teoria social moderna. Nas três primeiras partes deste livro (Capítulos 1 a 12 inclusive) são expostas separadamente as formas de teoria social propostas por Marx, Durkheim e Weber, respetivamente. A necessidade de uma formulação o mais precisa e coerente possível dos temas principais da obra de cada um desses autores levou-nos a pôr de parte toda e qualquer tentativa de análise crítica da «lógica» ou da «validade» factual do seu pensamento.

No primeiro dos três capítulos da conclusão (Capítulo 13) é analisada a forma como Durkheim e Weber tentaram opor as suas teorias àquelas que atribuíam a Marx. Mas esses pontos de vista dos próprios autores não podem ser aceites sem uma crítica. Nos Capítulos 14 e 15 são analisados, pondo de parte os pontos de vista defendidos nesse aspeto por Durkheim e Weber, os principais paralelismos e divergências entre as doutrinas desses autores e as de Marx. Resta-me ainda dizer que não aprofundei, nesses três capítulos, algumas linhas de comparação importantes entre Marx, Durkheim e Weber e, nalguns casos, que me absteve mesmo de as referir. A mais evidente dessas omissões é a que diz respeito ao problema dos pontos de vista metodológicos perfilhados pelos três autores: ora, *prima facie*, talvez possa parecer que é esse o elemento de comparação mais importante. Em certo sentido é esse o caso: mas é minha opinião, e proponho-me como um dos principais objetivos deste livro defendê-la, que o maior interesse da obra desses autores reside no facto de terem definido a estrutura característica do «capitalismo» moderno, comparando-o com as formas sociais anteriores. A sociologia destas últimas décadas tem-se proposto como objetivo principal a formulação de uma «teoria geral». Por mais louvável que esse objetivo seja, difere muito do das obras dos homens que lançaram as bases do pensamento social moderno, o que tem contribuído para obscurecer o significado dos problemas que consideravam básicos na teoria social. Não creio que qualquer dos três autores estudados neste livro tenha tido a intenção de criar um «sistema» acabado de pensamento, no sentido em que essa intenção lhes é geralmente atribuída; o que é mais, todos eles o negaram categoricamente. Por essa razão, embora tenha sublinhado a unidade básica das obras de cada um desses autores, tentei simultaneamente pôr em evidência o carácter parcial e incompleto que todos eles atribuíram às perspetivas que delinearam e às conclusões que atingiram.